

# Uma mudança de rumo necessária

Herbert Levy\*

**A**s advertências contra a política recessiva e a política cambial continuam, mas não parecem sensibilizar a equipe econômica para a mudança de rumos.

As previsões iniciais do governo de que em 1996 a balança comercial passaria a dar saldos estão sendo recebidas pelo mercado com crescente ceticismo. Em janeiro teríamos no máximo um equilíbrio, a julgar pelos números que têm circulado na imprensa. E isso com alíquotas de importação que incidem sobre os eletrodomésticos, bicicletas e motos de 60% e que em abril, segundo o cronograma do governo, deveriam ser reduzidas para 20%.

Os estados estão sendo fortemente atingidos pela política recessiva e pela insolvência da área rural, além de não conseguir fazer cortes, inclusive de pessoal. Mesmo sem nada pagar de juros, os estados registram um aumento da dívida mobiliária de 52% em 1995.

O governador Mário Covas, que sempre foi um bom administrador, está enterrado até o pescoço pelas

dívidas que herdou dos governos Queríca e Fleury. Mas, em vez de procurar os recursos e as saídas nas privatizações, continua evitando e emperrando a mais fácil, que é o caso do Banespa, que poderia trazer um bom manancial de recursos para a administração do estado.

Alguns dias antes de sua posse, Mário Covas nos honrou com um almoço aqui na Gazeta Mercantil. Aproveitei para tentar lhe vender a idéia da privatização do Banespa, que com sua grande organização e múltiplas agências daria um bom preço. Disse-lhe que deixar o Banespa com o estado era permitir que os Orestes Queríca da política, se por azar voltassem ao governo, abrissem novos rombos na economia do estado, levando-o novamente à insolvência.

Ponderei ainda que nos Estados Unidos, habitualmente considerados modelo para as democracias, nenhum dos cinqüenta estados da União tinha banco oficial, usando a rede bancária privada.

Ele ouviu-me atentamente, nada comentou, mas continuou

obstinadamente a se opor à privatização do Banespa.

O Estado de S. Paulo do dia 21 deste registra declarações do governador gaúcho Antônio Britto, de que quer o mesmo tratamento dado

pela União a São Paulo: empréstimo de R\$ 7,5 bilhões para serem pagos em trinta anos...

No caso do Banespa vemos de novo como a União cede no programa de privatizações e desembolsa vastos recursos de que não dispõe. É a repetição do caso do roto ajudando o esfarrapado... Abrindo precedentes como esse, onde vai parar a União, pressionada como está por muitos estados?

Leio numa reportagem de Lu Aiko e Ribamar de Oliveira, no mesmo jornal: "Sem dinheiro para fazer frente a seus gastos, a equipe econômica tem jogado para a frente despesas que recairão nos próximos anos ou até mesmo nos próximos governos. A dívida em títu-

los federais fora do Banco Central cresceu 76% no ano passado — de R\$ 61,78 bilhões para R\$ 108,58 bilhões. Houve o efeito da política de juros altos, mas também forte emissão de papéis.

"As contas da União, estados e municípios com credores internos e externos chegaram a R\$ 200 bilhões em novembro — o equivalente a 31% do PIB. Esse movimento não passa despercebido a quem acompanha as contas públicas. Um relatório do Banco Mundial de novembro apontava a crescente transferência das dívidas estaduais como causa do maior endividamento do Tesouro."

É indispensável que a União reveja a política de juros altos para combater a inflação, dado o considerável prejuízo que isso nos causa em todas as direções, inclusive, ninguém se iluda, na



chamada entrada recorde de capitais externos. Infelizmente a grande maioria são recursos de investidores financeiros, o chamado dinheiro quente, que para cá vêm porque temos a triste notoriedade de recordistas mundiais dos juros altos.

Essa taxa chegou a 100% ao ano para empresas de um setor privilegiado, o álcool e o açúcar, como foi o caso público e notório da Usina Santa Lídia, que teve que arcar com essa taxa em empréstimos bancários, conforme declaração pública dos seus advogados. Não há economia que resista a um ônus dessé porte.

Reconhecendo o fato, o governo tem anuciado repetidas vezes redução nas taxas de juro, além de juros subsidiados para recuperação do arrasado setor rural.

As taxas de juro realmente baixaram. Em vez de 80% a 100% ao ano, estão entre 30% e 40%. Continuamos, portanto, com juros de agiotagem e mantemos o triste título de campeões mundiais dos juros, mesmo nessas novas taxas.

Se é isso que nos traz o dinheiro quente, vamos parar com ele. Precisamos urgentemente negociar o seu resgate com recursos levantados nas instituições financeiras internacionais idôneas, que não nos irão negá-los. Porque não há quem agüente o retorno do dinheiro quente engordado com as taxas de juro de agiotagem.

Efetivamente, como este é um governo sério, bem orientado ele levantará rapidamente o País. Mas é preciso agir nesse sentido, pondo um ponto final numa orientação que se revela negativa sob tantos aspectos. Urge, pois, que o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso mude de rumos, assegurando estabilidade e progresso para a Nação, porque a demonstração de confiança já está dada pelo crescimento notável dos investimentos estrangeiros produtivos, mas insuficientes para enfrentarmos a avalanche do capital especulativo atraído pelos juros de agiotagem.

Presidente do conselho de administração da Gazeta Mercantil.